

**DIFERENÇAS NA CIDADANIA FINANCEIRA ENTRE BRASIL E FRANÇA: O
PAPEL DAS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS**

ANA LUÍZA PARABONI

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

ANI CAROLINE GRIGION POTRICH

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

CHRISTINE DUARTE DO VALE PEREIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

ISABELLA FERREIRA DA SILVA BEZERRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

JULIA BEZ BATTI

DIFERENÇAS NA CIDADANIA FINANCEIRA ENTRE BRASIL E FRANÇA: O PAPEL DAS VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS

1. INTRODUÇÃO

O cenário econômico global em constante mudança tem provocado uma reconfiguração nas relações entre indivíduos e instituições financeiras, tornando essencial o fortalecimento das competências individuais em finanças pessoais. Um reflexo desse movimento é apresentado no Relatório da B3 (2024), que aponta o ingresso de mais de 20 milhões de novos investidores pessoas físicas nos mercados de renda fixa e variável ao longo do ano, o que representa um crescimento de 14 por cento em relação a 2023. Ainda segundo o relatório, as emissões de produtos de dívida corporativa somaram 608,1 bilhões de reais, um aumento de 76 por cento em comparação ao ano anterior.

Apesar do crescimento no número de investidores e na movimentação do mercado de capitais, esse avanço nem sempre é acompanhado por uma adequada compreensão dos riscos envolvidos. De acordo com Ouachani et al. (2021), a população ainda enfrenta dificuldades para compreender produtos financeiros e para resistir às estratégias publicitárias que estimulam o consumo desnecessário. Com isso, os indivíduos podem adotar comportamentos inadequados, como decisões impulsivas de investimento e consumo.

Diante desse panorama, torna-se ainda mais relevante o fortalecimento da cidadania financeira, entendida como a interação do cidadão com o sistema financeiro de um país, tratando-se de um conceito tridimensional, que envolve a inclusão, a alfabetização financeira necessária para a tomada de decisões, bem como a sensação de que o cidadão está protegido pelas normas e regulamentações que regem o sistema financeiro (Vieira et al., 2021). A cidadania financeira, portanto, busca mitigar a exclusão financeira em qualquer sociedade, promovendo maior equidade econômica, tendo em vista que indivíduos mais bem preparados financeiramente tornam-se capazes de tomar decisões mais conscientes e de participar de forma mais ativa e igualitária na formulação de políticas e regulamentações que impactam sua comunidade (Khalil, 2021).

Nesse sentido, cresce o interesse acadêmico em compreender os fatores determinantes da cidadania financeira, especialmente no que se refere ao papel de variáveis socioeconômicas e demográficas, tendo em vista que autores como Asaad (2015) e Shin et al. (2019) já observaram que variáveis como gênero, idade, estado civil, nível de escolaridade e renda influenciam as decisões financeiras dos indivíduos. Diversas pesquisas têm investigado essas variáveis em dimensões específicas, como a alfabetização ou a inclusão financeira, mas ainda são escassos os estudos que adotam uma abordagem integrada e comparativa dessas dimensões.

Os achados existentes revelam disparidades importantes entre diferentes grupos sociais. Em relação ao gênero, estudos apontam que as mulheres tendem a apresentar níveis inferiores de alfabetização e inclusão financeira em comparação aos homens (Clark et al., 2019; Kazemikhasragh et al., 2022). A escolaridade, por sua vez, está positivamente associada ao acesso a produtos e serviços financeiros mais complexos, favorecendo comportamentos mais informados (Ahmed et al., 2018). Os níveis educacionais parecem contribuir para o avanço da inclusão financeira, especialmente com o uso ampliado de tecnologia no processo educativo (Kazemikhasragh et al., 2022). No que diz respeito à ocupação, Song, Li e Wu (2024) demonstram que a relação entre educação, emprego e inclusão financeira, por exemplo, não é direta, sendo o nível de desenvolvimento educacional apenas fracamente correlacionado com o emprego e com o índice de inclusão. Além disso, a presença de dependentes parece estar associada ao maior envolvimento com práticas de gestão financeira e à valorização do conhecimento sobre finanças pessoais (Potrich et al., 2015). Por fim, estudos como os de Klapper et al. (2013) ressaltam que o acesso a uma alfabetização

financeira de qualidade está frequentemente condicionado ao nível de renda, o que evidencia desigualdades persistentes no desenvolvimento dessas competências e no exercício da cidadania financeira.

Além das desigualdades socioeconômicas e demográficas, as disparidades culturais configuram uma questão relevante a ser explorada na compreensão da cidadania financeira (OCDE, 2020). As diferenças nas normas sociais, níveis de confiança nas instituições financeiras e nas estruturas educacionais e de proteção social podem contribuir para diferentes formas de vivência da inclusão, alfabetização e proteção financeira. Nesse sentido, este estudo propõe uma comparação entre brasileiros e franceses, de forma a permitir investigar como essas dimensões da cidadania financeira são vivenciadas em contextos com distintos níveis de desenvolvimento econômico, diferentes trajetórias de educação financeira e variações institucionais no acesso e na regulação do sistema financeiro.

No Brasil, desde 2010, iniciativas vinculadas à Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) passaram a ser implementadas. Na França, embora os primeiros esforços para estruturar uma política nacional de educação financeira tenham se iniciado em 2013, foi apenas em 2016 que o Ministro da Economia convocou a primeira reunião do Comitê Nacional de Educação Financeira. No ano seguinte, em 2017, foi lançado o portal "Mes questions d'argent.fr", que se consolidou como a principal fonte de informação para os cidadãos franceses em busca de orientações sobre finanças pessoais e questões bancárias (Galhau, 2017).

Ainda neste contexto, a França é uma das maiores economias globais, com destaque nos setores de indústria, tecnologia, finanças, agricultura e turismo. O Brasil, apesar de ser a décima maior economia em termos nominais, destaca-se principalmente pelo agronegócio e pela mineração, sendo líder em exportações de grãos, carne e minérios. No entanto, os desafios estruturais relacionados à desigualdade, educação e saúde limitam o pleno desenvolvimento do país. Assim, embora o Brasil possua potencial expressivo, a comparação evidencia a necessidade de avanços institucionais e sociais para alcançar padrões semelhantes aos de nações desenvolvidas como a França.

Nesta conjuntura, o presente estudo tem como objetivo geral investigar as diferenças de cidadania financeira entre brasileiros e franceses, considerando também aspectos socioeconômicos e demográficos. A pesquisa busca avançar nessa temática, ao abordar os três pilares fundamentais da cidadania financeira: a) inclusão financeira; b) proteção financeira e c) alfabetização financeira, buscando compreender como esses elementos são percebidos e vivenciados pelas populações brasileira e francesa, com base em variáveis socioeconômicas e demográficas, a partir da perspectiva do usuário final do sistema financeiro.

Embora o conceito de cidadania financeira venha ganhando espaço nas agendas de pesquisa e políticas públicas, ainda há uma lacuna significativa de estudos que adotem uma abordagem integrada das suas três dimensões em contextos internacionais comparados. A maior parte da literatura se concentra em países de alta renda, com recorte restrito a uma única dimensão ou população. Neste contexto, investigar como essas dimensões se manifestam em países com características institucionais, culturais e socioeconômicas distintas, como Brasil e França, oferece uma oportunidade relevante para ampliar a compreensão sobre os fatores que condicionam o exercício da cidadania financeira. Além disso, a incorporação de variáveis socioeconômicas e demográficas permite analisar desigualdades no acesso e no uso do sistema financeiro sob a perspectiva do usuário final, o que contribui para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e adaptadas às realidades específicas de diferentes grupos sociais. Portanto, o presente estudo se justifica pela sua originalidade metodológica, pela atualidade do tema diante da crescente digitalização dos serviços financeiros e pela possibilidade de gerar evidências empíricas que sustentem intervenções mais eficazes no campo da educação financeira.

2 CIDADANIA FINANCEIRA

O Banco Central do Brasil (BCB, 2021) define a cidadania financeira como exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros. Já segundo Tischer et al. (2022), a cidadania financeira é compreendida como um conceito que abrange a proteção do consumidor diante dos produtos financeiros, articulando inclusão, conhecimentos e comportamentos necessários para a tomada de decisões conscientes. Por outro lado, uma leitura mais geopolítica da cidadania financeira, como enfatizada por Lai e Tan (2015), destaca a relação ativa e em constante transformação entre o Estado e o sujeito cidadão. Diante disso, Delanoy et al. (2022) demonstram, através de revisão sistemática, que a pesquisa envolvendo cidadania financeira é um campo promissor a ser explorado, visto que os artigos são recentes e ainda não foi possível identificar os pesquisadores como atuantes em uma área de interesse específico, ou mesmo ao fato de que poucos estudos foram produzidos.

O Banco Central do Brasil (BCB, 2022) apresenta uma definição mais abrangente de cidadania financeira ao incluir quatro dimensões: inclusão financeira, alfabetização financeira, proteção ao consumidor e participação cidadã no sistema financeiro. A partir dessa definição, uma análise mais aprofundada das dimensões de alfabetização, inclusão e proteção permite retomar o conceito de alfabetização financeira conforme proposto pela OCDE, que a define como a combinação entre conhecimento financeiro, atitude financeira e comportamento financeiro (OCDE, 2024). Estas dimensões revelam-se especialmente relevantes em contextos de adversidade, na medida em que auxiliam os indivíduos a tomar decisões financeiras mais conscientes e fundamentadas, aumentar sua segurança econômica e, conseqüentemente, alcançar uma melhor qualidade de vida (Vieira et al., 2021).

Em relação à segunda dimensão, a inclusão financeira, o Banco Central do Brasil a define como “o estado no qual toda a população tenha acesso e faça uso, de maneira simples, equilibrada e consciente, de serviços financeiros que tragam ganhos de bem-estar ao cidadão, de maneira conveniente e por preços acessíveis” (BCB, 2015b, p. 18). Complementarmente, Silva (2014) entende a inclusão financeira como uma solução privilegiada para o enfrentamento da pobreza, apontando tendências e diretrizes relevantes para políticas de desenvolvimento. A terceira dimensão, a proteção do consumidor de serviços financeiros, refere-se às salvaguardas contra práticas ilícitas e estratégias abusivas adotadas por fornecedores de produtos ou serviços, que possam impactar negativamente os consumidores (Ahmed et al., 2018; Bakar et al., 2011). Essa dimensão abrange um conjunto de normas destinadas a assegurar a defesa efetiva dos usuários do sistema financeiro, promovendo sua capacitação para o exercício de direitos e o cumprimento de deveres legais (Ahmed et al., 2018). De acordo com o Banco Mundial, a proteção ao consumidor pode ser analisada a partir de quatro construtos principais: transparência, que se refere à clareza das informações fornecidas; *suitability*, que avalia a adequação da relação entre cliente e instituição financeira; proteção, que mede a percepção de segurança no uso dos serviços; e reclamações, que verifica a capacidade do sistema financeiro em responder e resolver conflitos (The World Bank, 2017).

Por fim, o quarto componente do conceito de cidadania financeira, conforme apresentado pelo Banco Central do Brasil (BCB, 2022), é a participação cidadã no sistema financeiro. Essa dimensão refere-se ao grau de envolvimento de indivíduos ou grupos em atividades financeiras, abrangendo o acesso, o uso e o controle de produtos e serviços financeiros (Ahmed et al., 2018). A participação cidadã contribui para o bem-estar individual ao influenciar diretamente a qualidade do processo coletivo, já que “molda o bem-estar de todos, e nosso bem-estar individual depende, portanto, de nosso investimento coletivo na qualidade do processo” (Riles, 2018).

Por outro lado, Vieira et al. (2021) adotam uma concepção mais concisa de cidadania financeira ao proporem a Escala de Percepção de Cidadania Financeira (EPCF), composta por

três dimensões: inclusão financeira, proteção financeira e alfabetização financeira. O conceito de inclusão financeira adotado pelos autores está alinhado à definição do Banco Central do Brasil, segundo a qual inclusão financeira é “o estado no qual toda a população tenha acesso e faça uso, de maneira simples, equilibrada e consciente, de serviços financeiros que tragam ganhos de bem-estar ao cidadão, de maneira conveniente e por preços acessíveis” (BCB, 2015b, p. 18). A dimensão de proteção financeira tem como objetivo avaliar o quanto o cidadão se sente seguro e amparado ao utilizar o sistema financeiro. Essa dimensão é composta por quatro construtos: transparência, *suitability*, segurança e reclamações. A transparência refere-se à percepção do cidadão quanto à clareza e qualidade das informações fornecidas pelas instituições financeiras. O construto de *suitability* diz respeito à adequação percebida no relacionamento entre o cidadão e sua instituição financeira. A segurança avalia o nível de confiança e proteção percebido no uso de produtos e serviços financeiros. Por fim, o construto de reclamações examina a percepção do cidadão sobre a capacidade do sistema financeiro em responder a demandas e resolver conflitos de forma eficaz.

A terceira e última dimensão da escala de Vieira et al. (2021) é a alfabetização financeira, composta por três construtos: conhecimento financeiro, atitude e comportamento. De acordo com os autores, essa dimensão visa compreender o nível de entendimento do cidadão sobre conceitos financeiros, sua disposição para lidar com questões econômicas e a maneira como esse conhecimento é aplicado no cotidiano.

2.1 Variáveis socioeconômicas e demográficas e cidadania financeira

A relação entre variáveis socioeconômicas e demográficas e cidadania financeira tem sido amplamente discutida. No que se refere à alfabetização financeira, Böhm et al. (2023) mostram que universitárias na Eslováquia apresentaram desempenho entre 6,8 e 8,4 pontos percentuais inferior ao dos homens. Roy e Patro (2022) apontam o gênero como fator crítico na exclusão financeira, associando-o a barreiras educacionais e socioculturais. Nesse contexto, o planejamento financeiro é essencial para a sustentabilidade econômica, sobretudo na aposentadoria. Mulheres solteiras, com dependentes, sem imóvel próprio e com menor escolaridade estão entre as menos preparadas financeiramente (Kumar et al., 2019), enfrentando salários menores, interrupções de carreira e maior longevidade (Rai et al., 2019). Em contraste, homens tendem a apresentar maior alfabetização financeira e maior propensão ao planejamento, independentemente de outras variáveis (Clark et al., 2019).

No que tange à proteção financeira, as diferenças de gênero também se manifestam: o relatório do GFLEC (2022) evidencia que as mulheres têm menor cobertura de seguros e menor propensão à aquisição de produtos financeiros protetivos, o que as torna mais suscetíveis a choques financeiros e compromete sua segurança de longo prazo. A desigualdade de gênero na inclusão financeira, por sua vez, continua sendo uma barreira relevante ao desenvolvimento sustentável. Roy et al. (2022), em revisão de 58 estudos, identificaram entraves estruturais enfrentados por mulheres, como ausência de colateral, normas culturais restritivas, exclusão digital e baixa alfabetização financeira. Cabeza-García et al. (2019) reforçam que a inclusão financeira feminina é decisiva para a autonomia econômica, redução da pobreza e promoção da igualdade de gênero e do crescimento sustentável.

Estudos indicam ainda que o estado civil influencia significativamente o comportamento financeiro, afetando o planejamento, a gestão de recursos e o acesso a informações financeiras (Potrich et al., 2015). Nesse sentido, Bucher-Koenen et al. (2021) observam que indivíduos casados, de raça branca, sem dependentes e com maior escolaridade e renda tendem a possuir melhor preparo financeiro para a aposentadoria, ressaltando a interação entre esses fatores no desenvolvimento da competência financeira.

Além disso, a relação entre estado civil e inclusão financeira pode variar conforme o tipo de união. No Peru, pessoas em união estável apresentam maior probabilidade de inclusão financeira do que casadas, sugerindo que arranjos familiares menos tradicionais podem favorecer maior autonomia no uso de serviços financeiros formais (Quispe Mamani et al., 2024). Na Indonésia, o estado civil não foi um fator significativo para a inclusão financeira digital, indicando que seu impacto pode ser menor na era dos serviços financeiros digitais (Widyastuti et al., 2024).

Ao buscar estudos que investiguem a influência da escolaridade, observa-se que pessoas mais educadas tendem a acessar serviços financeiros mais complexos, planejar melhor e tomar decisões econômicas com maior autonomia (OCDE, 2020; Ahmed et al., 2018; Ghazinoory et al., 2024). Estudos como de Khusaini et al. (2022) indicam que a educação formal nem sempre aumenta a alfabetização financeira, apontando para a influência de outros fatores. Adicionalmente, Shaltynov et al. (2024) reforçam a ideia de que a escolaridade impacta não apenas a compreensão de temas financeiros, mas também a capacidade de se proteger de choques econômicos inesperados. Já Song, Li e Wu (2024) investigaram a relação entre inclusão financeira, educação e emprego, identificando que quanto maior o desenvolvimento educacional de uma região, maior é a contribuição da inclusão financeira para o aumento do emprego local. Dessa forma, o papel regulatório da educação nesse processo torna-se evidente. Complementando essa perspectiva, Barugahara et al. (2021) também demonstraram que a probabilidade de inclusão financeira aumenta conforme o nível de escolaridade dos indivíduos.

Pesquisas indicam que estar empregado tem um efeito positivo sobre a alfabetização financeira, sugerindo que indivíduos inseridos no mercado de trabalho tendem a ter melhor acesso a recursos e informações, o que os capacita a tomar decisões financeiras mais informadas (Potrich et al., 2015). Estudos também apontam que trabalhadores em empregos não padronizados ou desempregados sofreram maiores perdas financeiras e tiveram menos acesso a medidas de proteção durante a pandemia, aumentando sua vulnerabilidade (Gunn et al., 2022). Assim, a inserção em empregos formais é fundamental para garantir acesso a serviços financeiros e fortalecer a resiliência financeira em crises, destacando o papel do emprego regular na cidadania financeira. Já o estudo de Barugahara et al. (2021) mostrou que o emprego aumenta em 1% a probabilidade de possuir uma conta formal e uma conta bancária. Isso indica que a inserção no mercado de trabalho formal favorece o acesso a serviços financeiros, possivelmente por garantir renda regular e vínculos com instituições que exigem conta bancária.

Estudos indicam ainda que quanto maior o número de dependentes, maior tende a ser a complexidade das decisões financeiras e, conseqüentemente, a exigência de uma participação mais ativa no ambiente econômico (Ghazinoory et al., 2024; Leal et al., 2020). Embora ainda haja poucas pesquisas que explorem a relação entre proteção e inclusão financeira e o número de dependentes, evidências indicam que famílias com dependentes tendem a demonstrar maior preocupação com a segurança financeira, buscando garantir condições adequadas para suprir as necessidades de seus tutelados (Ofoeda et al., 2024). Nesse processo, observa-se uma crescente necessidade de formalização das relações com o sistema financeiro. No Brasil, um exemplo é a inclusão de grande parte dos beneficiários do Programa Bolsa Família no sistema financeiro por meio da conta poupança digital. De Paula et al. (2024) destacam que esse processo está associado à digitalização dos meios de pagamento, como Pix, carteiras digitais, *open finance* e Real Digital, que têm ampliado o acesso a serviços financeiros.

Diversas pesquisas apontam uma relação significativa entre alfabetização financeira, renda e capacidade de poupança. Khusaini et al. (2022) destacam que o status socioeconômico familiar é o principal determinante da alfabetização financeira, superando a educação formal, com estudantes de famílias mais favorecidas apresentando melhor planejamento financeiro.

Estudos como de Hanson e Olson (2018) reforçam a ligação entre renda, acesso à educação de qualidade e alfabetização financeira.

A plena utilização de capacidades e recursos é essencial para proteger grupos vulneráveis diante das desigualdades no acesso a serviços financeiros (Behling; Parada, 2024). Enquanto clientes privilegiados usufruem de ofertas sofisticadas, os menos favorecidos enfrentam opções restritas e mais caras (Dymski, 2007). O estudo de Ta, Zhu e Fu (2020) mostrou que, apesar da cobertura do seguro saúde social ser semelhante entre grupos de renda, os mais ricos têm melhor proteção financeira, com maiores reembolsos e menor risco de gastos catastróficos. Por fim, a renda também pode estar relacionada à inclusão financeira. Sela et al. (2020) ressaltam que a inclusão financeira é fundamental para o desenvolvimento econômico e social, promovendo a integração da população de baixa renda no mercado financeiro.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, de abordagem quantitativa, utilizando o método *survey* para a coleta de dados, por meio de questionários estruturados aplicados a uma amostra não probabilística por conveniência, composta por indivíduos com 18 anos ou mais, residentes no Brasil e na França. Inicialmente, o instrumento de coleta de dados considerou um levantamento sociodemográfico com nove questões destinadas a identificar variáveis como gênero, idade, estado civil, nível de escolaridade, existência de dependentes financeiros, ocupação e classe social. Em seguida, o instrumento de pesquisa foi estruturado com base na Escala de Percepção de Cidadania Financeira (EPCF) proposta por Vieira et al. (2021), contemplando três dimensões principais: alfabetização financeira, inclusão financeira e proteção do consumidor.

Na escala de alfabetização financeira, as atitudes financeiras foram avaliadas por meio de três itens em escala Likert de cinco pontos, variando de “concordo totalmente” (1) a “discordo totalmente” (5), sendo que escores mais próximos de 5 indicam uma atitude mais positiva. Já o comportamento financeiro foi mensurado por seis itens em escala Likert de cinco pontos, variando de “nunca” (1) a “sempre” (5), em que escores mais altos refletem comportamentos financeiros mais favoráveis. Já o conhecimento financeiro foi avaliado por 12 questões de múltipla escolha, abordando temas como juros, inflação, risco, retorno e crédito, conforme a escala validada por Vieira et al. (2021).

A proteção financeira foi avaliada com base em quatro dimensões: transparência, *suitability*, segurança e reclamação, compostos por três, cinco, três e três questões, respectivamente. As questões foram aplicadas por meio de escalas do tipo Likert de cinco pontos, em que pontuações mais altas indicam níveis mais elevados de proteção financeira percebida pelos respondentes. Por fim, a inclusão financeira foi mensurada por meio de quatro questões de múltipla escolha, abordando o número de produtos financeiros utilizados e de relacionamentos bancários, atividades financeiras online e canais de atendimento utilizados.

A análise dos dados foi realizada em duas etapas, utilizando o software SPSS 20.0®. A primeira etapa envolveu a aplicação de estatísticas descritivas, enquanto a segunda contemplou análises inferenciais multivariadas. Para caracterizar os participantes brasileiros e franceses em relação às dimensões estudadas, foram apresentados os valores médios, medianas e desvios-padrão da alfabetização financeira e suas três dimensões, assim como da proteção financeira e suas respectivas quatro dimensões. Também foram incluídas estatísticas descritivas sobre inclusão financeira e o construto geral de cidadania financeira. Posteriormente, aplicou-se o teste t de Student para comparar os resultados entre os participantes dos países Brasil e França.

Para a construção do indicador de conhecimento financeiro, foram criadas variáveis dummy para cada uma das 12 questões, codificando o indivíduo com 1 para acerto e 0 para

erro em cada item. Em seguida, foi elaborado um indicador agregado, representado pela soma dessas variáveis, cujo valor varia de 0 (quando todas as respostas foram incorretas) a 12 (quando todas foram corretas). Posteriormente, esse indicador foi transformado para uma escala de 1 a 5, com o objetivo de permitir comparações diretas com as demais dimensões, que também utilizam essa faixa de variação. O indicador de atitude e comportamento foi calculado a partir da média das respostas de cada indivíduo, sendo que valores mais próximos de 1 indicam atitudes e comportamentos financeiros piores, enquanto valores próximos de 5 refletem melhores atitudes e comportamentos. Por fim, o índice geral de alfabetização financeira foi obtido pela média simples das três dimensões: conhecimento, atitude e comportamento financeiro.

Para a construção do indicador de proteção financeira, inicialmente foram calculados os indicadores individuais de cada dimensão, que são transparência, *suitability*, segurança e reclamações, por meio da média simples das variáveis correspondentes a cada uma delas. Em seguida, o indicador geral de proteção financeira foi obtido pela média das quatro dimensões. O indicador de inclusão financeira foi construído a partir da média simples de suas variáveis. Para isso, as quatro variáveis foram padronizadas. A quantidade de produtos financeiros utilizados foi transformada em uma escala de cinco pontos: 1 para ausência de produtos; 2 para uso de 1 ou 2 produtos; 3 para 3 ou 4 produtos; 4 para 5 ou 6 produtos; e 5 para 7 ou mais produtos. Já o número de atividades financeiras realizadas online foi avaliado da seguinte forma: 1 para nenhuma atividade; 2 para uma atividade; 3 para duas atividades; 4 para três atividades; e 5 para quatro ou mais atividades. Em seguida, a quantidade de canais de atendimento utilizados foi classificada como: 1 para ausência de canais; 2 para um canal; 3 para dois canais; 4 para três canais; e 5 para quatro ou mais canais. Por fim, o número de relacionamentos bancários foi mensurado da seguinte forma: 1 para nenhum relacionamento; 2 para um relacionamento; 3 para dois; 4 para três; e 5 para quatro ou mais relacionamentos.

Por fim, o indicador geral de cidadania financeira foi calculado a partir da média das suas dimensões: alfabetização financeira, proteção financeira e inclusão financeira. Essa medida varia de 1 a 5, em que valores próximos a 1 indicam que o indivíduo se sente pouco cidadão financeiro, enquanto valores próximos a 5 refletem um forte sentimento de cidadania financeira. Em seguida, foram aplicados o teste t de Student, utilizado para comparar duas médias, e a análise de variância, conhecida como ANOVA, que permite a comparação de médias entre três ou mais grupos. As análises consideraram os quatro construtos principais: alfabetização financeira, proteção financeira, inclusão financeira e cidadania financeira, em relação a cada uma das variáveis de perfil analisadas. Ressalta-se que a ANOVA foi realizada apenas após a verificação dos pressupostos, seguindo os seguintes procedimentos: (1) teste de homogeneidade das variâncias, por meio da estatística de Levene; (2) aplicação do teste F da ANOVA para variâncias homocedásticas ou do teste F de Welch, que é robusto à heterocedasticidade; e (3) análise *post hoc*, com o teste HSD de Tukey nos casos de homocedasticidade ou o teste de Games-Howell nos casos de heterocedasticidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, são apresentados os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados por meio do questionário aplicado a respondentes brasileiros e franceses. Inicialmente, é analisado o perfil socioeconômico e demográfico de ambos os grupos. No que se refere ao gênero, observa-se que quase metade dos brasileiros participantes da pesquisa são homens (50,5%), enquanto entre os franceses esse percentual é de 42,5%. Sobre o gênero feminino, destaca-se que 57,5% de entrevistadas francesas responderam a pesquisa, contra um percentual de 49,5% brasileiras. Quanto ao estado civil, a maioria dos respondentes brasileiros é solteira (50,5%), enquanto entre os franceses predomina o grupo de casados (52,8%). No que se refere a viúvos ou divorciados, participaram da pesquisa 9 brasileiros e 8 franceses. Já

no que diz respeito à variável demográfica “dependentes”, que se refere às pessoas que dependem financeiramente dos entrevistados, observa-se que a maioria dos brasileiros declarou não possuir nenhum dependente (72%), enquanto 51,9% dos franceses afirmaram ter pelo menos um dependente financeiro.

Em relação à escolaridade, os níveis de ensino foram categorizados em ensino fundamental, ensino médio, nível superior e mestrado. A maior parte dos brasileiros declarou possuir ensino superior completo (45,8%), enquanto entre os franceses predominou o nível de mestrado (49,1%). Em seguida, a ocupação foi classificada nas seguintes categorias: estudante, não trabalha, estagiário ou bolsista, funcionário público, empregado assalariado, autônomo, aposentado e outro. Em ambos os grupos, observou-se maior concentração de participantes entre os empregados assalariados, com 31,8% entre os brasileiros e 58,5% entre os franceses.

Por fim, o nível de renda também foi pesquisado, subdividido em baixa renda, classe média baixa, classe média, média alta e alta, levando em consideração os valores monetários de cada país, no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC, 2024) realizada pelo IBGE em 2024. A renda média domiciliar mensal da classe alta é de R\$ 26.811,68; da classe média alta é R\$ 12.683,34; a classe média está em R\$7.017,64; e, por fim, baixa renda em R\$3.980,38, de acordo com a ABEP. Segundo a *National Institute of Statistics and Economic Studies* (INSEE, sd), já para a classe alta esse número chega a 4.848,00 euros, a classe média alta varia entre 3.636,00 e 4.848,00 euros, a classe média de 2.424,00 a 3.636,00 euros, a classe média baixa de 1.212,00 a 2.424,00 euros e baixa renda vai até 1.212,00 euros. Diante disso, em se tratando de brasileiros, 21% pertencem à classe média e classe média alta, sendo este também a maior parte da amostra. Já a maioria dos franceses entrevistados está concentrada na classe alta (30,8%).

Em uma segunda etapa, após a análise das variáveis de perfil, este estudo avaliou as estatísticas descritivas correspondentes a cada dimensão analisada. Os procedimentos de cálculo dessas dimensões encontram-se detalhados no método. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas, média, mediana e desvio padrão, das dimensões de cidadania financeira entre brasileiros e franceses. As dimensões foram padronizadas em uma escala de 1 a 5, em que 1 indica a menor e menos favorável pontuação, enquanto 5 corresponde à maior e mais favorável pontuação atribuída a cada dimensão. Para identificar possíveis diferenças entre os dois grupos foi aplicado o teste t para comparação das médias.

Tabela 1 - Estatísticas descritivas das dimensões e construtos estudados

Dimensões	Brasileiros			Franceses			Teste t	
	Média	Mediana	Desvio padrão	Média	Mediana	Desvio padrão	Valor	Sig.
Conhecimento financeiro	4,209	4,333	0,906	4,226	4,333	0,834	-0,148	0,882
Atitude financeira	3,421	3,333	0,962	2,786	2,667	0,896	4,980	0,000
Comportamento financeiro	3,793	4,000	0,915	3,772	3,833	0,696	0,187	0,852
Alfabetização financeira	3,807	3,889	0,705	3,595	3,667	0,592	2,382	0,018
Transparência	3,178	3,333	1,110	3,233	3,333	0,884	-0,401	0,689
<i>Suitability</i>	3,107	3,200	0,859	3,385	3,400	0,593	-2,754	0,006
Segurança	3,738	4,000	0,960	3,642	4,000	0,826	0,788	0,431
Reclamação	3,249	3,333	1,007	2,915	3,000	0,942	2,5	0,013
Proteção financeira	3,318	3,283	0,677	3,294	3,275	0,572	0,284	0,777
Inclusão financeira	4,037	4,250	0,573	3,583	3,500	0,602	5,645	0,000
Cidadania financeira	3,721	3,756	0,413	3,490	3,551	0,394	4,172	0,000

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nas dimensões de conhecimento financeiro, comportamento financeiro, transparência, segurança e proteção financeira, não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes brasileiros e franceses. Esse resultado indica que, sob o ponto de vista estatístico, as médias dessas dimensões podem ser consideradas equivalentes entre os dois grupos analisados. No que se refere às diferenças observadas, a média da atitude financeira dos participantes brasileiros (3,421) foi significativamente superior à dos participantes franceses (2,786). Uma possível explicação para essa diferença pode estar relacionada às distintas percepções culturais sobre o dinheiro entre brasileiros e franceses. Embora os franceses tendam a ser bons poupadores e demonstrem preferência por instrumentos como seguros de vida, eles possivelmente não atribuem ao dinheiro um papel central em suas vidas, evitando associá-lo diretamente à realização pessoal. Em contraste, há indícios de que os brasileiros tendem a perceber o dinheiro como um meio fundamental para atingir objetivos e, em alguns casos, pode priorizá-lo a ponto de se exporem a situações financeiramente arriscadas na tentativa de aumentar sua renda.

Em relação à dimensão da alfabetização financeira, observa-se que os brasileiros apresentaram uma média superior (3,807) em comparação aos franceses (3,595). Esse achado sugere que, apesar das diferenças estruturais em escolaridade e investimento educacional entre os países, iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil podem estar contribuindo para maior sensibilização da população quanto ao uso consciente dos recursos financeiros (BCB, 2022; OECD, 2023). Além disso, conforme apontam Potrich, Vieira e Kirch (2015), contextos marcados por maior instabilidade econômica tendem a estimular o desenvolvimento de atitudes e comportamentos financeiros mais proativos, o que pode influenciar positivamente o desempenho dos brasileiros nessa dimensão. De modo semelhante, a dimensão *suitability* apresentou média inferior entre os brasileiros (3,107) em comparação aos franceses (3,385), sugerindo que os consumidores franceses percebem maior alinhamento entre suas necessidades e os produtos financeiros oferecidos. Essa percepção pode estar associada à regulação mais rigorosa vigente na França, como a Diretiva MiFID II, que exige das instituições financeiras uma avaliação detalhada do perfil de risco do cliente antes da oferta de produtos (European Commission, 2014).

Na dimensão reclamação, observa-se que os brasileiros apresentaram uma média mais elevada ($M = 3,249$; $DP = 1,007$) em comparação aos franceses ($M = 2,915$; $DP = 0,942$), além de maior dispersão dos dados. Esses resultados sugerem diferenças no comportamento de consumo e na forma como conflitos são tratados em cada contexto. No Brasil, o maior engajamento em mecanismos formais de resolução de disputas, como a judicialização e o uso de plataformas públicas, a exemplo do consumidor.gov.br, que registrou mais de 1,5 milhão de reclamações em 2022 (BCB, 2022), pode indicar uma maior propensão a formalizar insatisfações. Por outro lado, tais dados também podem refletir diferenças estruturais nos sistemas de proteção ao consumidor e no nível de confiança nas instituições reguladoras.

A média para a dimensão inclusão financeira foi a maior já registrada para brasileiros, 4,037, isso significa que os brasileiros apresentam uma boa inclusão no sistema financeiro. A implementação do auxílio emergencial pelo governo brasileiro, operacionalizado por meio de contas digitais como o aplicativo Caixa Tem, inseriu milhões de cidadãos no sistema financeiro formal, muitos dos quais nunca haviam utilizado serviços bancários anteriormente. Além disso, a pandemia impulsionou o desenvolvimento de novas infraestruturas de pagamento, como o PIX, que transformou significativamente as transações financeiras no país ao permitir transferências instantâneas e gratuitas (Penha, 2024). Em contraste, na França, onde a média observada foi de 3,583, as interações financeiras ainda costumam ocorrer de forma mais burocrática, muitas vezes mediadas por cartas ou chamadas telefônicas (Dias, 2022), o que pode influenciar a percepção de agilidade e eficiência nos serviços financeiros disponíveis.

Por fim, a dimensão de cidadania financeira apresentou média significativamente superior entre os brasileiros (3,721) em comparação aos franceses (3,490). Esse resultado é consistente com estudos que apontam os esforços empreendidos no Brasil, especialmente por meio de políticas públicas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), voltadas não apenas à ampliação do conhecimento financeiro, mas também ao fortalecimento da consciência crítica e da capacidade dos cidadãos de reivindicar seus direitos no contexto financeiro (BCB, 2022; OECD, 2023). Em seguida, foram analisadas as variações nos construtos de alfabetização financeira, proteção financeira, inclusão financeira e cidadania financeira em função das características socioeconômicas e demográficas dos participantes brasileiros (Tabela 2).

Tabela 2 - Testes de diferença de média das dimensões e dos construtos das variáveis socioeconômicas e demográficas em brasileiros

Variáveis	Alfabetização financeira		Proteção financeira		Inclusão financeira		Cidadania financeira	
	Teste	Sig.	Teste	Sig.	Teste	Sig.	Teste	Sig.
Gênero ¹	1,536	0,127	2,206	0,030	0,836	0,405	2,502	0,014
Estado civil ²	0,769	0,466	0,856	0,428	1,028	0,361	0,325	0,723
Dependentes ¹	2,047	0,043	1,245	0,216	-2,552	0,012	0,674	0,502
Escolaridade ²	5,313	0,002	0,875	0,457	3,557	0,017	5,457	0,002
Ocupação ²	0,743	0,636	1,971	0,067	0,461	0,861	1,183	0,320
Classe social ²	3,387	0,012	1,769	0,141	1,152	0,337	2,704	0,035

Legenda: ¹ Teste *t* de Student aplicado; ² ANOVA aplicada.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Observa-se que as variáveis estado civil e ocupação não apresentaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões de alfabetização, proteção, inclusão e cidadania financeira. Isso indica que, independentemente dessas características, os níveis médios dos construtos financeiros analisados permaneceram similares entre os participantes. Ao analisar as diferenças identificadas, o gênero emergiu como um fator significativo com diferenças estatisticamente relevantes em proteção financeira e cidadania financeira no Brasil. Homens apresentaram média superior em proteção financeira ($M = 3,458$) em relação às mulheres ($M = 3,174$), indicando que estas se sentem menos protegidas financeiramente. Esse padrão, corroborado pela literatura (GFLEC, 2022; Roy et al., 2022), reflete menor acesso e uso feminino a produtos financeiros de proteção, aumentando sua vulnerabilidade a choques econômicos.

Similarmente, no construto geral cidadania financeira, os homens também demonstram médias mais elevadas ($M = 3,817$) do que as mulheres ($M = 3,622$). Esse resultado reforça a tendência observada em outras dimensões do estudo, como proteção e alfabetização financeira, indicando que as mulheres enfrentam mais barreiras para exercer plenamente sua cidadania financeira. Conforme apontado por Roy e Patro (2022), essa desigualdade é resultado de fatores estruturais, como normas socioculturais restritivas, exclusão digital e menor acesso a instrumentos de proteção. Além disso, a menor presença feminina em produtos financeiros protetivos e sua vulnerabilidade a choques econômicos, como evidenciado no relatório do GFLEC (2022), que comprometem diretamente a percepção de pertencimento, autonomia e segurança no uso do sistema financeiro, elementos centrais à noção de cidadania financeira conforme definida pelo BCB (2022).

Em seguida, indivíduos sem dependentes apresentam médias superiores em alfabetização financeira ($M = 3,893$) quando comparados àqueles com dependentes ($M =$

3,587). Essa diferença sugere que, embora a responsabilidade por dependentes possa favorecer maior envolvimento com práticas de gestão financeira e ampliar a percepção sobre a relevância do conhecimento financeiro (Potrich et al., 2015).

Entretanto, essa dinâmica se inverte quando se analisa a inclusão financeira: indivíduos com dependentes apresentaram média superior ($M = 4,258$) em comparação àqueles sem dependentes ($M = 3,951$). Assim, embora possam apresentar níveis mais baixos de alfabetização financeira, a presença de dependentes está associada a uma maior inserção no sistema financeiro. Tal fenômeno pode ser atribuído à maior complexidade das decisões financeiras enfrentadas por quem possui responsabilidades familiares, o que demanda uma participação mais ativa em produtos e serviços financeiros como forma de atender às múltiplas necessidades do grupo familiar (Leal et al., 2020).

A escolaridade demonstrou associação significativa com os níveis de alfabetização, inclusão e cidadania financeira na amostra de brasileiros. Análises *post hoc* revelaram que indivíduos com Ensino Fundamental apresentam níveis mais baixos de alfabetização financeira em comparação àqueles com Ensino Superior e Pós-graduação, resultado coerente com estudos que relacionam maior escolaridade ao acesso e uso mais eficaz de informações econômicas (Gorla et al., 2016). Já a inclusão financeira, aqueles com Pós-graduação apresentaram níveis superiores, indicando que a educação avançada favorece o uso de produtos financeiros mais complexos (Lusardi et al., 2011). De forma análoga, os maiores níveis de cidadania financeira também foram observados entre os pós-graduados, com diferenças estatisticamente significativas em relação a todos os outros níveis educacionais, sugerindo que os principais avanços nessa dimensão se concentram nesse grupo.

A variável classe social apresentou diferenças estatisticamente significativas nos níveis de alfabetização financeira e cidadania financeira, conforme demonstrado na Tabela 2. Esses resultados sugerem a existência de desigualdades nos construtos financeiros em função do estrato socioeconômico. Observa-se que as médias de alfabetização e cidadania financeira aumentam progressivamente à medida que se avança na escala de classe social. Indivíduos pertencentes às classes mais baixas registraram as menores médias em alfabetização ($M = 3,4074$) e cidadania financeira ($M = 3,3562$), enquanto os participantes da classe alta apresentaram as maiores médias ($M = 4,0033$ e $M = 3,8209$, respectivamente). Essa tendência é coerente com estudos prévios, como os de Hanson e Olson (2018), que apontam que o maior nível socioeconômico tende a estar associado a melhores oportunidades educacionais e maior acesso à informação, favorecendo o domínio de conceitos financeiros e o exercício mais efetivo da cidadania financeira. Encerrada a análise dos resultados obtidos junto à população brasileira, passa-se, a seguir, à apresentação dos dados referentes aos respondentes franceses (Tabela 3).

Tabela 3 - Testes de diferença de média das dimensões e dos construtos das variáveis socioeconômicas e demográficas em franceses

Variáveis	Alfabetização financeira		Proteção financeira		Inclusão financeira		Cidadania financeira	
	Teste	Sig.	Teste	Sig.	Teste	Sig.	Teste	Sig.
Gênero ¹	0,609	0,544	1,115	0,268	-2,764	0,007	-0,519	0,605
Estado civil ²	0,024	0,977	0,086	0,918	0,838	0,436	0,259	0,773
Dependentes ¹	0,763	0,447	0,859	0,393	0,013	0,990	0,805	0,423
Escolaridade ²	0,623	0,602	1,010	0,392	1,032	0,382	0,104	0,958
Ocupação ²	2,177	0,043	1,085	0,379	0,68	0,689	1,054	0,399
Classe social ²	1,244	0,297	0,950	0,439	0,173	0,952	0,670	0,614

Legenda: ¹ Teste *t* de Student aplicado; ² ANOVA aplicada.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Inicialmente, observa-se que as variáveis estado civil, dependentes, escolaridade e classe social não apresentaram diferenças estatisticamente significativas em nenhuma das dimensões analisadas, indicando que essas características não se associaram, de forma relevante, aos níveis médios de alfabetização, proteção, inclusão ou cidadania financeira entre os respondentes franceses. Por outro lado, na análise da variável gênero na amostra francesa, observou-se uma diferença estatisticamente significativa na inclusão financeira ($p = 0,007$), com homens apresentando média superior ($M = 3,7172$) em relação às mulheres ($M = 3,4$). Essa disparidade indica que as mulheres na França podem ter menor acesso ou utilização de serviços financeiros em comparação aos homens. Tal diferença reflete dinâmicas socioeconômicas e comportamentais complexas amplamente discutidas na literatura. Mulheres frequentemente enfrentam maiores dificuldades na acumulação de economias e no planejamento financeiro de longo prazo, incluindo a aposentadoria (Kumar et al., 2019), em decorrência de fatores como remuneração inferior, interrupções na carreira e maior expectativa de vida (Rai et al., 2019).

A ocupação mostrou-se um fator relevante na amostra francesa, com diferenças estatisticamente significativas nos níveis de alfabetização financeira em função da situação profissional ($p = 0,043$). Essa associação é amplamente reconhecida na literatura, que indica que estar empregado tende a impactar positivamente o conhecimento financeiro (Potrich; Vieira; Kirch, 2015). Na amostra analisada, os estagiários/bolsistas apresentaram a menor média ($M = 2,78$), possivelmente devido à fase inicial da carreira, menor experiência financeira e acesso limitado a recursos educacionais e financeiros, conforme sugerido por estudos anteriores. Em contrapartida, funcionários públicos exibiram a maior média ($M = 3,70$), alinhando-se com pesquisas que apontam que ocupações com estabilidade e benefícios favorecem não só o aprimoramento do conhecimento financeiro, mas também incentivam comportamentos proativos, como o uso de produtos financeiros e o planejamento econômico (Leal et al., 2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidadania financeira é reconhecida como um direito fundamental na sociedade contemporânea, desempenhando um papel crucial na construção de uma economia mais justa, segura e inclusiva. Diante da crescente complexidade do sistema financeiro, este estudo tem como objetivo investigar as diferenças de cidadania financeira entre brasileiros e franceses, considerando aspectos socioeconômicos e demográficos. Na comparação entre brasileiros e franceses, a maior discrepância foi observada na inclusão financeira, com médias significativamente mais altas entre os brasileiros, resultado que pode estar relacionado à ampla adoção de soluções digitais no país, como o PIX. Embora os participantes franceses apresentem, em média, maior nível educacional, os brasileiros demonstraram níveis mais elevados de alfabetização financeira, o que evidencia a complexidade multidimensional desse construto. Especificamente, a atitude financeira também se mostrou mais acentuada entre os brasileiros, possivelmente refletindo diferenças culturais na forma como cada população se relaciona com o dinheiro.

No que se refere à proteção financeira, não foram observadas diferenças significativas entre as duas nacionalidades. Contudo, dentro da dimensão de *suitability*, os franceses apresentaram uma percepção significativamente mais positiva quanto à adequação entre seus perfis e os produtos financeiros oferecidos, o que pode ser atribuído à regulação mais rigorosa do setor no país. Por outro lado, na dimensão de reclamação, os franceses registraram médias inferiores, sugerindo uma percepção de menor efetividade ou segurança nos mecanismos disponíveis para resolução de conflitos no sistema financeiro. A média geral de cidadania financeira também foi mais elevada entre os brasileiros, o que pode estar relacionado aos

esforços promovidos pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e por outras iniciativas voltadas à promoção da educação financeira no país.

Além disso, os resultados indicam que as variáveis socioeconômicas e demográficas, como gênero, número de dependentes, escolaridade, ocupação e classe social, apresentaram associações diferenciadas com os níveis médios de alfabetização, proteção e inclusão financeira. No Brasil, homens apresentaram níveis mais elevados de proteção e cidadania financeira. Indivíduos sem dependentes demonstraram maior alfabetização financeira, enquanto aqueles com dependentes apresentaram maior inclusão. Participantes com menor escolaridade revelaram níveis mais baixos de alfabetização, inclusão e cidadania financeira. Além disso, a variável classe social também apresentou diferenças significativas, com médias crescentes de alfabetização e cidadania financeira conforme o avanço no estrato socioeconômico, refletindo desigualdades associadas à posição social. Na França, quanto à inclusão financeira, os homens apresentaram média superior às mulheres. Também foram observadas diferenças na alfabetização financeira conforme a ocupação, com estagiários apresentando as menores médias e funcionários públicos as maiores.

A partir disso, este estudo destaca diferenças importantes entre brasileiros e franceses em relação à inclusão, alfabetização, atitude, proteção e cidadania financeiras. A maior inclusão financeira observada entre brasileiros está possivelmente associada à ampla adoção de ferramentas digitais, como o PIX, evidenciando o papel da inovação tecnológica na ampliação do acesso a serviços financeiros. Vale destacar que, apesar de os franceses apresentarem maior escolaridade média, os brasileiros demonstraram níveis superiores de alfabetização financeira, reforçando a ideia de que a alfabetização financeira é multidimensional e influenciada por fatores culturais e contextuais.

A regulação rigorosa do mercado financeiro francês parece contribuir para uma melhor adequação dos produtos financeiros aos perfis dos consumidores, enquanto a percepção de menor efetividade nos mecanismos de reclamação sugere desafios no atendimento e proteção do consumidor. No Brasil, os resultados indicam que iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) têm promovido avanços na cidadania financeira, ampliando a consciência crítica e a participação econômica. Já a análise das variáveis socioeconômicas e demográficas indica que políticas e programas de educação financeira devem considerar essas desigualdades para serem mais eficazes. Particularmente, no Brasil, reforça-se a urgência em reduzir desigualdades educacionais e socioeconômicas, pois níveis maiores de escolaridade e posição social se associaram a melhores indicadores de alfabetização e cidadania financeira. Na França, sugere-se que intervenções voltadas à equidade no mercado de trabalho e ao fortalecimento da educação financeira no ambiente laboral sejam mais eficazes para aumentar inclusão e alfabetização financeira.

Apesar do avanço do conhecimento acerca dos resultados apresentados, este estudo possui limitações, que se referem basicamente ao tamanho da amostra, que, quando comparado às populações dos dois países, é pequeno para garantir alta confiabilidade estatística. Por isso, recomenda-se aumentar o número de participantes em estudos futuros. Além disso, sugere-se aplicar a EPCF em outros países para identificar diferenças e semelhanças nas dimensões que compõem a cidadania financeira.

REFERÊNCIAS

- ABEP. **Alterações na aplicação do Critério Brasil, válidas a partir de 27/06**. Comitê CCEB, 2024. Disponível em: https://abep.org/wp-content/uploads/2024/09/01_cceb_2024.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.
- AGYEMANG-BADU, A. A.; AGYEI, K.; DUAH, E. K. Financial inclusion, poverty and income inequality: evidence from África. *Spirit International Journal of Poverty Studies*, v. 2, n. 2, 2018.
- AHMED, H.; IBRAHIM, I. R. Financial consumer protection regime in Malaysia: Assessment of the legal and regulatory framework. *Journal of Consumer Policy*, v. 41, n. 2, p. 159-175, 2018.

- BAKAR, E. Abu; AMIN, N. Consumer protection in the supply of services: a comparative study between the Consumer Protection Act 1999 and Islamic law. **IIUM Law Journal**, v. 18, n. 1, jun. 2012. DOI: 10.31436/iiumlj.v18i1.18.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania Financeira**: definição, escopo de atuação, mensuração. Brasília: BCB, 2015a.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania Financeira**. 2015b. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é cidadania financeira?** Definição, papel dos atores e possíveis ações. Brasília: BCB, 2022. Trabalho produzido pela equipe do Banco Central com contribuições externas. Coordenação técnica: Departamento de Promoção da Cidadania Financeira (Depef). Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?ATENDIMENTO>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relação de cidadania financeira**. Brasília, [s.d.]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/Nor/releidfin/index.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 9 jul. 2025.
- B3. **Relatório Anual: ano base 2024**. São Paulo: B3, 2010. Disponível em: B3 | Relatório Anual 2024. Acesso em: 8 jun. 2025.
- BARUGAHARA, F.. Financial inclusion in Zimbabwe: Determinants, challenges, and opportunities. **International Journal of Financial Research**, v. 12, n. 3, p. 261-270, 2021.
- BEHLING, L. M.; PARADA, A. R. UX DESIGN E CIDADANIA FINANCEIRA EM APOIO ÀS FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA. In: **iCom**. 2024. p. 234-258.
- BÖHM, P.; BÖHMOVÁ, G.; GAZDÍKOVÁ, J.; ŠIMKOVÁ, V. Determinants of financial literacy: analysis of the impact of family and socioeconomic variables on undergraduate students in the Slovak Republic. **Journal of Risk and Financial Management**, v. 16, n. 4, p. 252, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/jrfm16040252>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BUCHER-KOENEN, T.; ALESSIE, R. J.; LUSARDI, A.; VAN ROOIJ, M. Fearless woman: financial literacy and stock market participation. **Cambridge: National Bureau of Economic Research**, 2021. (Working Paper, n. 28723).
- CABEZA-GARCÍA, L.; DEL BRIO, E. B.; OSCANOVA-VICTORIO, M. L. Female financial inclusion and its impacts on inclusive economic development. **Women's Studies International Forum**, v. 77, 2019, 102300. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.wsif.2019.102300>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- CLARK, R. L.; HAMMOND, R. G.; KHALAF, C. Planning for retirement? The importance of time preferences. **Journal of Labor Research**, v. 40, n. 2, p. 127-150, 2019.
- DELANOY, M. M. et al. Financial citizenship and financial consumer protection: a systematic literature review. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 13, n. 1, 2022.
- DE PAULA, G. F. et al. **Digitalização financeira e o sistema financeiro brasileiro: impactos e evoluções nos meios e instrumentos de pagamento 2019-2023**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/8248>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- DIAS, U. P. The governance of public budgeting: a proposal for comparative analyses – the cases of São Paulo and London. **Brazilian Political Science Review**, v. 16, n. 2, p. 1–22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202200020003>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- DYMSKI, G. A. Finance and inequality: channels and evidence. **Journal of Comparative Economics**, v. 35, n. 4, p. 748–773, dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jce.2007.07.002>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- EUROPEAN COMMISSION. Directive 2014/65/EU of the European Parliament and of the Council of 15 May 2014 on markets in financial instruments and amending Directive 2002/92/EC and Directive 2011/61/EU (recast). **Official Journal of the European Union**, L173, 12 June 2014. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A32014L0065>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- GALHAU, F. V. de. Speech by Mr François Villeroy de Galhau, Governor of the Bank of France, at the 4th OECD/GFLEC Global Policy Research Symposium to Advance Financial Literacy "Addressing the needs of youth". 2017. Disponível em: <https://www.bis.org/review/r170608c.htm>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- GHAZINOORY, S.; PAHLAVANIAN, M.; SHIRKHODAIE, M. Financial citizenship and FinTech transition: evidences in Iran. **Journal of Science and Technology Policy Management**. Tehran: Tarbiat Modares University; University of Mazandaran, 2024. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/2053-4620.htm>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- GORLA, M. C.; DAL MAGRO, C. B.; SILVA, T. P. da; HEIN, N. **Determinantes da educação financeira de estudantes de nível médio da rede pública de ensino**. 2016
- GUNN, V.; VIVES, A.; ZAUPA, A.; HERNANDO-RODRIGUEZ, J. C.; JULIÀ, M.; KVART, S.; LEWCHUK, W.; PADROSA, E.; VOS, M. P.; AHONEN, E. Q.; BARON, S.; BOSMANS, K.; DAVIS, L.; DÍAZ, I.; MATILLA-SANTANDER, N.; MUNTANER, C.; O'CAMPO, P.; ÖSTERGREN, P.-O.; VANROELEN, C.; BODIN, T. Non-standard employment and unemployment during the COVID-19 crisis: economic and health

- findings from a six-country survey study. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, [S.l.], v. 19, n. 10, p. 5865, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph19105865>.
- HANSON, T. A.; OLSON, P. M. Financial literacy and family communication patterns. **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 19, p. 64–71, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2018.05.001>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - Trabalho e Rendimento - Primeiro trimestre de 2019 - Santa Catarina. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Tri_mestral/Comentarios_Sinteticos/2019_1_trimestre/pnadc_201901_trimestre_comentarios_sinteticos_SantaCatarina.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.
- IBGEb. **Produto Interno Bruto – PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- INSEE – NATIONAL INSTITUTE OF STATISTICS AND ECONOMIC STUDIES. **Accueil**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.insee.fr/en/accueil>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- KAZEMIKHASRAGH, A.; PINEDA, M. V. B. Financial inclusion and education: an empirical study of financial inclusion in the face of the pandemic emergency due to Covid-19 in Latin America and the Caribbean. **Review of Development Economics**, v. 26, n. 3, p. 1785-1797, 2022.
- KHALIL, M. Financial citizenship as a broader democratic context of financial literacy. **Citizenship, Social and Economics Education**, v. 20, n. 1, p. 3-16, 2021.
- KHUSAINI, K.; MARDISENTOSA, B.; BASTIAN, A.; TAUFIK, R.; WIDIAWATI, W. The impact of financial education and socioeconomic status on the undergraduate students' financial literacy. **Media Ekonomi dan Manajemen**, v. 27, p. 55, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24856/mem.v27i01.2385>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. Financial literacy and its consequences: evidence from Russia during the financial crisis. **Journal of Banking & Finance**, v. 37, n. 10, p. 3904-3923, 2013.
- KUMAR, S.; TOMAR, S.; VERMA, D. Women's financial planning for retirement: systematic literature review and future research agenda. **International Journal of Bank Marketing**, v. 37, n. 1, p. 120-141, 2019.
- LAI, K. P. Y.; TAN, C. H. "Neighbours first, bankers second": mobilising financial citizenship in Singapore. **Geoforum**, v. 64, p. 65-77, 2015.
- LEAL, S. C.; DOS SANTOS, D. V.; COSTA, P. S. Perfil de educação financeira dos discentes de graduação e pós-graduação de instituições de ensino superior brasileiras. **Revista de Casos e Consultoria**, [S.l.], v. 11, n. 1, p. e11134, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/23191>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy around the world: an overview. **Journal of Pension Economics & Finance**, v. 10, n. 4, p. 497-508, 2011.
- LUSARDI, A.; OGGERO, N.; YAKOBOSKI, P. The TIAA Institute-GFLEC Personal Finance Index: a new measure of financial literacy. **Global Financial Literacy Excellence Center**, 2017. Disponível em: <https://gflec.org/wp-content/uploads/2017/03/TIAA-Institute-GFLEC-P-Fin-Index-Report.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- OCDE. Recommendation of the Council on Financial Literacy. **OECD Legal Instruments** No. 0461, 29 out. 2020. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/663>. Acesso em: 9 jun. 2025.
- OCDE. G20/OECD Policy Guidance on Financial Consumer Protection. Paris: **OECD Publishing**, 2023.
- OECD. Better Life Index – France. Paris: **OECD Publishing**, 2024. Disponível em: <https://www.oecdbetterlifeindex.org/pt/paises/france-pt>. Acesso em: 19 maio 2025.
- OFOEDA, I.; AMOAH, L.; ANARFO, E. B.; ABOR, J. Y. Financial inclusion and economic growth: what roles do institutions and financial regulation play? **International Journal of Finance & Economics**, v. 29, n. 1, p. 832-848, 2024.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S.l.]: ONU Brasil, [2015]. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- PENHA, C. E. N. **O impacto das fintechs na economia brasileira e o seu papel na inclusão financeira**. 2024. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2024.
- POTRICH, A. C. G.; VIEIRA, K. M.; KIRCH, G. Determinantes da alfabetização financeira: análise da influência de variáveis socioeconômicas e demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 69, p. 362-377, 2015.
- QUISPE MAMANI, J. C. Determinants of financial inclusion in households in Peru. **Frontiers in Sociology**, v. 9, p. 1196651, 2024.

- RAI, K.; DUA, S.; YADAV, M. Association of financial attitude, financial behaviour and financial knowledge towards financial literacy: a structural equation modeling approach. **FIIB Business Review**, v. 8, n. 1, p. 51-60, 2019.
- RILES, A. **Financial citizenship: experts, publics, and the politics of central banking**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- ROY, P.; PATRO, B. Financial inclusion of women and gender gap in access to finance: a systematic literature review. **Vision**, v. 26, n. 3, p. 282-299, 2022.
- SELA, V. M.; GONZALEZ, L.; CHRISTOPOULOS, T. P. Construção da agenda de inclusão financeira à luz da Teoria Ator-Rede. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 1, p. 162-180, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220180382>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- SHALTYNOV, A.; SEMENOVA, Y.; ABENOVA, M.; BAIBUSSINOVA, A.; JAMEDINOVA, U.; MYSSAYEV, A. An analysis of financial protection and financing incidence of out-of-pocket health expenditures in Kazakhstan from 2018 to 2021. **Scientific Reports**, [S.l.], v. 14, n. 8869, p. 1-11, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-024-59742-9>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- SHIN, S.; KIM, H.; HEATH, C. J. Narrow framing and retirement savings decisions. **Journal of Consumer Affairs**, v. 53, n. 3, p. 975-997, 2019.
- SILVA, H. L. **Os avanços da cidadania financeira no Brasil no período de 2018 a 2020**. 2023. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/6655>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- ASAAD, C. Financial literacy and financial behavior: Assessing knowledge and confidence. **Financial Services Review**, v. 24, n. 2, 2015.
- SONG, X.; LI, J.; WU, X. Financial inclusion, education, and employment: empirical evidence from 101 countries. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 11, n. 172, 2024. TA, Y.; ZHU, Y.; FU, H. Trends in access to health services, financial protection and satisfaction between 2010 and 2016: has China achieved the goals of its health system reform? **Social Science & Medicine**, v. 245, p. 112715, 2020.
- THE WORLD BANK. **Good Practices for Financial Consumer Protection**. 2017.
- TISCHER, J. H. Percepção de cidadania financeira: um estudo em universitários brasileiros e imigrantes. **Razão Contábil e Finanças**, v. 13, n. 1, 2022.
- VARGAS HERNÁNDEZ, J. G.; MÉNDEZ ZAMORA, D. I. El impacto de la educación financiera en los Millennials en la currícula universitaria. **Revista de Investigación en Modelos Financieros**, v. 1, n. 7, p. 41-74, 2018.
- VIEIRA, K. M.; DELANOY, M.; POTRICH, A. C. G.; BRESSAN, A. A. Financial citizenship perception (FCP) scale: proposition and validation of a measure. **International Journal of Bank Marketing**, v. 39, n. 1, p. 127-146, 2021.
- WIDYASTUTI, U.; RESPATI, D. K.; DEWI, V. I.; SOMA, A. M. The nexus of digital financial inclusion, digital financial literacy and demographic factors: lesson from Indonesia. **Cogent Business & Management**, v. 11, n. 1, p. 2322778, 2024.
- WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap Report 2022**. Cologny/Geneva: World Economic Forum, 2022. Disponível em: <http://reports.weforum.org/globalgender-gap-report-2022>. Acesso em: 11 jul. 2025.